**MOVIMENTOS SOCIAIS E CULTURA AFRICANA NO ESTADO DO CEARÁ: CASO DOS ESTUDANTES DA GUINÉ-BISSAU/ÁFRICA**

***Social movements and african culture in the state of Ceará: case students of Guinea-Bissau / Africa***

***Movimientos sociales y cultura Africana en el estado de Ceará: caso de los estudiantes de Guinea-Bissau / Africa***

**Antonio Correia Junior[[1]](#footnote-2)**

**Edson Vicente da Silva[[2]](#footnote-3)**

**Francisco Amaro Gomes de Alencar[[3]](#footnote-4)**

**RESUMO**

Este artigo visa abordar sobre as questões de racismo, xenofobia, as vivências, estratégias dos estudantes africanos no Estado do Ceará, e nas lutas cotidianas decorrentes dessas questões, que refletem-se nas instituições de ensino de graduação , pós-graduação pública e privadas. O Movimento Pastoral Africano e dos Estudantes Africana no Estado do Ceará surgiram em 2010, primeiro, com os estudantes Guineenses, depois com incorporação dos estudantes de outros países africanos. As primeiras lutas e resistências dos estudantes foram contra as instituições de ensino privada, em decorre dos problemas de ordem econômica. Tais dificuldades se desencadearam, dentre outros fatores, ao descumprimento de acordo firmado entre estes e as respectivas instituições de ensino privado escolhido para a efetivação das suas formações acadêmicas. Na tentativa de minimizar os problemas, os alunos se articularam em busca dos seus direitos, para poderem continuar com os estudos. Esse fato gerou a criação do primeiro Movimento dos Estudantes Africanos e da Pastoral Africano no Estado. Esses movimentos têm como finalidades, facilitar a integração dos africanos, seus valores culturais e religiosos, garantindo que cada estudante possa realizar com maior amparo e firmeza seus sonhos acadêmicos e profissionais, bem como, a importância do seu retorno à terra natal após o término do curso.

**Palavras-chave**: África; Movimentos Sociais; Educação; Imigração.

**ABSTRACT**

This article aims to address the issues of racism, xenophobia, experiences, strategies of African students in the State of Ceará, and the daily struggles arising from these issues, which are reflected in undergraduate, postgraduate public and private institutions. . The African Pastoral Movement and the African Students Movement in the State of Ceará emerged in 2010, first with the Guinean students, then with the incorporation of students from other African countries. The first struggles and resistances of the students were against the private education institutions, as a result of economic problems. These difficulties were triggered, among other factors, to the noncompliance with an agreement signed between these and the respective institutions of private education chosen for the accomplishment of their academic formations. This fact led to the creation of the first African Students and African Pastoral Movement in the State. These movements aim at facilitating the integration of Africans, their cultural and religious values, ensuring that each student can carry out his academic and professional dreams with greater protection and firmness, as well as the importance of his return to the homeland after the end of the course.

**Keywords:** Africa; Social movements; Education; Immigration.

**RESUMEN**

En este artículo se pretende abordar en temas de racismo, la xenofobia, las experiencias, las estrategias de los estudiantes africanos en el estado de Ceará, y las luchas diarias que surgen de estas cuestiones, que se reflejan en las instituciones de enseñanza de pregrado, grado pública y privada. El movimiento de africanos y africanas Pastorales estudiantes en el Estado de Ceará llegaron en 2010, primero con los estudiantes guineanos, tras la incorporación de los estudiantes de otros países africanos. Las primeras luchas y la resistencia de los estudiantes estaban en contra de las instituciones educativas privadas, se deriva de los problemas de orden económico. Estas dificultades han sido provocadas, entre otros factores, la falta de acuerdo entre ellos y sus instituciones educativas privadas elegido para la realización de sus antecedentes académicos. En un intento de minimizar los problemas, los estudiantes fueron articuladas en busca de sus derechos con el fin de continuar con los estúdios. Estos movimientos tienen como objetivos, facilitar la integración de los africanos, sus valores culturales y religiosos, asegurando que cada estudiante puede lograr un mayor apoyo y la firmeza de sus sueños académicos y profesionales, así como la importancia de su regreso a su tierra natal después de la curso.

**Palabras clave**: África; Los movimientos sociales; la educación; inmigración

**INTRODUÇÃO**

Mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária. Mais do que trânsito de um lugar a outro, há transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por especificas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca.

José de Souza Martins.

Este artigo tem como objetivo relatar os abusos, preconceitos raciais, econômico, sociais e culturais que os estudantes africanos sofrem, e da criação do movimento estudantil dos africanos no estado do Ceará.

Os movimentos estudantis dos africanos no Estado do Ceará surgiram em 2010 promovido pelos Guineenses, na sua maioria vinculados as instituições privadas. Esses alunos e alunas enfrentaram dificuldades econômicas, comprometendo os processos de formação acadêmica, em virtude do descumprimento do acordo firmado entre os estudantes e as instituições de ensino superior privado escolhido. Esse fato, tem como causa e consequência atraso dos pagamentos de aluguel, luz, água, mensalidades das faculdades, chegou inclusive falta alimentação. Isso porque as instituições de ensino superior privada não honraram com os compromissos assumidos com os estudantes e seus pais.

Estas instituições quando da divulgação dos seus cursos superiores em vários países africanos prometeram: casas para morar, preços dos cursos eram bem menores, não falaram de juros, não citaram os aumentos das mensalidades semestrais, os preços citados nos panfletos eram fixos até o término do curso e ainda no momento de assinatura do acordo disseram para os pais dos estudantes que USD 100,00 por mês era suficiente custear todas as despesas do mês, inclusive da universidade.

Com passar dos dias, dos meses os alunos começaram perceber que as universidades fizeram propaganda enganosa. Além disso, quando atrasava o pagamento da mensalidade a faculdade não liberavam a declaração para eles efetuarem a renovação do visto na Policia Federal(PF), o que culminava com a perda do visto de estudo e o aluno pasava uma situação irregular no Brasil.

Para resolver esses problemas, e de frequentar a universidade os discentes se articularam em busca da garantia dos seus direitos, foi então, que perceberam como sendo a única possibilidade para continuar com os estudos, era a criação de uma organização para defendê-los. Dessa forma nasceu o primeiro movimento estudantil dos africanos no estado do Ceará, conhecido como Associação dos Estudantes Africanos no Ceará (AEAC).

 A partir de então, com o acompanhamento e apoio do Movimento Pastoral Africano, Pastoral do Migrante, Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito e Igreja da Nossa Senhora das Dores, da Procuradora Federal Dr. Nilce Cunha, em 12 de Abril de 2012, o caso foi levado para o Ministério da Justiça. Após dois meses de protocolado o processo o Governo Federal deu a anistia a todos os estudantes que tinham perdido os visto e a Procuradoria Federal notificou as faculdades para assinar um termo de ajustamento de condutas (TAC), bem como, determinou os valores das mensalidades eram os anunciados no ato do vestibular no país de origem.

Para elaborar esse artigo - relato, além da revisão bibliográfica, utilizou-se entrevista semiestruturada com os estudantes africanos que residem em Fortaleza, para captar suas percepções, trajetórias acadêmicas, inserção social e os racismos que sofrem em Fortaleza. Foram ouvidos em dois períodos, alguns estudantes africanos. O primeiro período foi de fevereiro a Julho de 2015. O outro de abril a agosto de 2016. Os estudantes entrevistados foram da faixa etária dos 28 aos 35 anos, entre mulheres e o homens.

**CULTURAS AFRICANAS NAS DIÁSPORAS**

O africanismo, revisitado e ressignificado nas experiências das diásporas africanas, possibilita-nos compreender as experiências de negros e negras que vieram para o Brasil numa condição de não cidadãos, atravessam a nossa história por caminhos diversos, e, nos dias atuais, redefinem-se uma identidade forjada num processo de luta e construção que define a consciência de um duplo pertencimento: o ser negro como raça e ser afro-brasileiro como povo e cidadão.

Até então no século XXI, existem visões negativas do continente africano como um continente atrasado e pobre; visões estas deixadas pela história e que é repassada para as sociedades, como por exemplo, as migrações dos negros para o Brasil, o tráfico negreiro e as formas de resistências dos mesmos.

A África esconde um misterioso e curioso continente cheio de diversidades e maravilhas, não é apenas a deficiência econômica, a miséria e os massacres entre os povos que é anunciada nos documentários e reportagens que se espalham pela mídia. Neste contexto de diferentes países, povos e etnias, cada país tem a sua própria cultura, suas musicas, danças. Apesar de suas diferentes diversidades culturais, sociais, os africanos têm algumas músicas e culturas comuns. E muitas vezes quando um africano sai do seu país de origem deixa de praticar muitas de suas manifestações por causa de limitação ou espaço livre para praticarem suas culturas ou religiões.

No que se refere ao legado cultural dos africanos para a formação da identidade brasileira. Nascimento (2002, p. 142) diz que:

A assimilação cultural é tão eficiente que a herança da cultura africana existe em estado de permanente confrontação com o sistema dominante, concebido precisamente para negar suas fundações e fundamentos, destruir ou degradar suas estruturas. (...) Tanto os obstáculos teóricos quanto os práticos têm impedido a afirmação dos descendentes africanos como íntegros, válidos, auto-identificados elementos constitutivos e construtores da vida cultural e social brasileira. Pois realmente a manifestação cultural de origem africana, na integridade dos seus valores, na dignidade de suas formas e expressões, nunca teve reconhecimento no Brasil, desde a fundação da colônia, quando os africanos e suas culturas chegaram ao solo americano.

O Brasil foi o principal importador de escravizados africanos oriundos da África Central e Ocidental, durante o período em que este comércio era legal. Da África para o Brasil, foram importados quase 4 milhões de escravos africanos, fez com que o Brasil pudesse beneficiar com a cultura africana, assumindo uma formação cultural afro-brasileira com os africanos que imigraram para o Brasil também nos últimos anos. Em 2016, existem mais de 30 mil imigrantes africanos no Brasil que vieram de diferentes países da África, o Brasil poderia aproveitar a presença desses imigrantes para promover eventos culturais, carnavais, divulgar a cultura africana com suas danças, ensinar histórias africanas e estimular mais intercâmbios com países africanos.

Para Gomes (2012), precisamos estudar e realizar pesquisas para compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira para aprender a nos orgulhar da marcante, significante e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros.

**O RACISMO SOB OLHAR DOS ESTUDANTES AFRICANOS RESIDENTES NO CEARÁ**

O racismo é pensamento ou atitude que separam as raças humanas porque algumas se consideram superiores ou melhores a outras discriminando, por exemplo, cor da pele. O racismo é um preconceito baseado na diferença de raças, das pessoas. Pode ser contra, índios, negros, asiáticos e até com brancos, por parte de outras raças. Porém, quem mais sofre com o racismo e preconceitos são pessoas de pele negras e das camadas mais pobres. É por isso, que os negros são principais referências quando é discutido o tema do racismo. Portanto os africanos que vieram para estudar no Brasil não foram excluídos do racismo, muito pelo contrário sofrem muito com a questão do racismo, como relatam alguns dos estudantes entrevistados.

Entrevistado 01, de 33 anos, formado em Administração, disse que:

Eu fui discriminado pela cor, pela origem de ser africano porque quando eu atravessa a rua a pessoa saia correndo como eu pudesse assaltá-lo, algumas me xingavam, me chamavam de negro feio. E depois fiquei sabendo que no Brasil, ser negro é sinônimo de pertencimento a determinado grupo racial, e, portanto, o racismo, é o elemento ideológico que aglutina e identifica todas as demais formas correlatas de discriminação. (20 de Março de 2015).

Entrevistada 02, de 30 anos, relatou que:

Eu fui acusado do roubo no supermercado bem conhecido de Fortaleza, por uma funcionaria e segurança do próprio supermercado, de que havia produtos na minha sacola que não foi pago no caixa, e começaram a me chamar de ladrão, vagabundo, fui humilhado e ao tirar comprovante das comprovas que tinha no bolso simplesmente eles se esconderam. O gerente queria me subornar com dinheiros mas eu não aceitei , levei o caso para proteção ao consumidor e defensoria publica mas até hoje ninguém é capaz de resolver esse problema. Infelizmente assim que é o racismo no Brasil. (20 de Março de 2015).

Entrevistado 03, de 28 anos, informou que:

Um colega meu brasileiro afirmou na universidade onde eu estudo de que os africanos não deveriam vir estudar aqui no Brasil, e perguntei a ele porque, mas aqui na universidade não estuda somente os africanos também tem europeus, americanos no caso do Sul Americanos? Ele me respondeu assim, eles pagam países deles pagam, falei para ele, nós também pagamos os nossos países também pagam tanto quem estuda na Federal como quem estuda no sistema privado, falei para ele: você esta sendo preconceituoso com africanos ele me disse mas eu tenho amigos africanos, respondi: é assim que se trata os amigos. (10 de Dezembro de 2016).

O entrevistado 04, de 35 anos, falou que,

Quando eu cheguei Fortaleza pela primeira vez fui ao centro fazer compras logo nas calçadas vi um homem vendendo bonés fui perguntar ele quando custa o boné antes de eu terminar falar, e ele dizia assim para mim, não tenho, não tenho, parece que eu estava pedindo alimentos para ele e virei para falar com a uma moça que estava ao lado e ela saiu correndo. E fui ao ônibus ao sentar ao lado da moça ela simplesmente se levantou e ficou de pé, como se fosse eu estava fedendo ou assaltá-lo. Isso não tem no meu país todos são iguais, todos tem o mesmo trato. (10 de Dezembro de 2016).

Nas falas dos entrevistados percebemos que os estudantes africanos sofrem muito com o racismo e preconceitos em Fortaleza, tantos nas vias públicas, como nas faculdades, nos postos de trabalhos, no dia a dia. Além de preconceitos e do racismo, há outras preocupações de violências, agressões físicas.

Para Edson Borges, Carlos Alberto Medeiros e Jacques d`Adesky (2002), o racismo é um comportamento social que está presente na história da humanidade e que se expressa de variadas formas, em diferentes contextos e sociedades. Segundo eles, o racismo se expressa de duas formas interligadas: a individual e a institucional.

Na forma individual o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos, e pode atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. Esse tipo de racismo individual já ocorreu no mínimo em dois cursos da Universidade Federal do Ceará, conforme documento encaminhado pela Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção de Igualdade Racial (CEPPIR/GABGOV) e Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar da Assembleia Legislativo, ambos do Estado do Ceará, no dia 24 de novembro de 2015. Um aconteceu contra o Cabo-verdiano, Jannie Costa Nogueira, aluno do Curso de Economia, Processo no. 31655/2014. O outro caso foi contra Lucas Aquino do Curso de Engenharia de Pesca.

O racismo institucional, ainda segundo os autores citados, implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Com o objetivo de enfrentar o racismo e a xenofobia por intermédio da CEPPIR/GABGOV e do Escritório Frei Tito de Alencar, foi entregue para administração superior da UFC documento intitulado “RECOMENDAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO PARA SUPERAÇÃO DE RACISMO, NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ”.

Segundo Kabengele Munanga, entendimento sobre o racismo e a xenofobia ajudará a desvendar a especificidade do racismo nos países que praticam e compreender os próprios discursos anti-racistas que reúnem tanto os pensadores da chamada direita, quanto os da esquerda (MUNANGA, 1994).

O racismo na sociedade ocorre de um modo muito peculiar, ele se afirma através da sua própria negação.

O entrevistado 05, um discente, de 29 de anos representantes dos estudantes da Guiné-Bissau, disse que:

Falar do preconceito no Brasil é um pouco complicado, por ser muito sutil e difícil de compreender, o preconceito aqui no Brasil ela vem acompanhado do racismo, aqui no Brasil ninguém é preconceituoso e nem racista, mesmo percebendo isso nas falas das pessoas e nos gestos, quando percebes e parte para tomar satisfação, a pessoa diz eu não sou racista, até porque minha mãe é negra, tenho famílias negras como é que vou ser racista se não faço isso com minha família. Mas na verdade existe em todos os cantos, e dá para entender primeiro quando andas numa calçada sozinho e tem alguma pessoa só na sua direção ele muda logo com medo de ser assaltado, e têm outros que até corre com medo, porque tem um negro atrás, ou a frente dele que a qualquer momento poderá lhe assaltar. (20 de Dezembro de 2016)

Segundo a antropóloga Nilma Lino Gomes (2012) o racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, nas relações de classe, no mercado de trabalho, nas escolas da educação básica até universidade, cursos de graduação e pós- graduação e em outros setores os negros e as negras ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país, (GOMES, 2012).

Ainda conforme Gomes (2012), se por um lado quanto mais a sociedade, as escolas, as instituições públicas e privadas e os poderes público negam a existência do racismo no Brasil e no Ceará, por outro lado, ele mais se fortalece, propaga-se e invade as mentalidades, as subjetividades e as condições sociais dos negros e negras.

O abismo social entre povos negros e brancos no Brasil existe, quando compara as condições de vida, emprego, saúde, escolaridade, entre outros índices de desenvolvimento humano, vividos por negros e brancos, comprovam a existência de uma grande desigualdade social no país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada a exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atinge a maioria do povo brasileiro, e de um modo particular, o povo negro.

Quando um africano entra no shopping ou no supermercado os seguranças começam logo lhe acompanhá-lo por todos os cantos onde ele encaminha, pelo fato de ser estrangeiro e, principalmente, negro, logo é de suspeito de roubo. Mesmo tendo muitas pessoas nesses locais, mas o fato serem brancas não são seguidos por seguranças, pois o roubo sempre é associado aos negros.

As mídias brasileiras também contribuem muito na desinformação das pessoas, quanto à questão do continente africano e ser negro, poucos brasileiros sabem que a África é um continente. Quando fazem reportagem sobre o continente africano, primeira coisa que se fala ao chegar em qualquer país do continente africano é que estamos na África. Quando se está em um país das Américas ou da Europa, não dizem estou ou estamos na Europa ou na America, mas sim estou em Canadá, Chile, EUA, Argentina, Portugal, Espanha, França... Porém quando se fala sobre África o que vem nas mentes da maioria dos brasileiros é um país com diferentes estado como Brasil, e quando se mostra qualquer assunto sobre qualquer país africano, é só as savanas, miséria, fome e doença, nunca se mostram as grandes cidades, as indústrias dos países africanos, as culturas, as tradições e as riquezas. Somente apresentam essas partes negativas. Como se a pobreza, misérias, fome, não existissem em todos os continentes, e em todos os países. Esses fatos contribuem para os atos do racismo, preconceito e xenofobia sobre africanos, pois todos são considerados como pessoas que vem de um continente miserável, porque é isso que as mídias brasileiras mostram.

**SER IMIGRANTE E SER ESTUDANTE AFRICANO NO BRASIL**

Para Almeida (2016), desde o surgimento das humanidades, há milhares de anos, no continente africano, a busca por sobrevivência sempre foi um dos principais objetivos dos povos que migravam. Por conta disso, as primeiras sociedades eram nômades, pois migravam sempre em busca daquilo que havia se esgotado e por onde já tinham passado. Nos últimos anos o Brasil vem crescendo economicamente, e isso faz com que pessoas de outros países que se sentem insatisfeitas com suas situações econômicas, políticas ou sociais, pensem em buscar uma maior qualidade de vida no Brasil. Como já ocorrido na imigração do fim do século XIX, quando imigrantes vieram ao Brasil para trabalhar nas lavouras de café. Como abordado à mobilidade humana é um dos processos sociais de maior relevância para os estudos culturais, que reflete na dinâmica de circulação de pessoas, bens e saberes. O Brasil na atualidade do século XXI vem recebendo fluxos pontuais de migração internacional, e na inexistência de legislação adequada e de políticas públicas dela decorrentes provocam violações de direitos humanos desgastando o país, além de uma imagem negativa da mobilidade humana junto à opinião pública, que revela um posicionamento contrário às migrações internacionais sob a perspectiva dos Direitos Humanos. (NUNES, B. F.; CAVALCANTI, L. 2014. p. 144).

Ao sentimento de preconceito demonstrado pelos brasileiros em relação aos imigrantes, eles se sentem discriminados por causa da cor e reclamam de racismo por parte de alguns brasileiros, o que obstaculiza a adaptação ao Brasil. (FERNANDES; CASTRO. 2014.p.93).

Esta nova imigração para o Brasil é marcada pela cor negra e morena, e sofrem questionamentos, discriminações de segmentos da sociedade, de poderes públicos e parcela da mídia com os costumeiros argumentos: grupos de invasores, imigrantes ilegais, pessoas desocupadas, “usurpadores de postos de trabalho de nacionais, “portadores de doenças” “trazem o ebola” e “entram porque há um descontrole governamental”. (ZAMBERLAM, 2014.p. 06).

Para diminuir esse tipo de constrangimento aos imigrantes é precisa ampliar os locais de atendimento aos imigrantes, criar uma delegacia de migração para o recebimento de documentação e também facilitar a comunicação com os órgãos oficiais com a contratação de pessoal com conhecimento do idioma dos imigrantes. Implantar um método mais ágil para a convalidação dos diplomas e certificados do imigrante; maior divulgação de informações sobre o Brasil, mostrando a realidade do mercado de trabalho no país.

Com a globalização os processos migratórios estão cada vez mais difundidos e dinamizados, destacando as pessoas que deixam seu país de origem por vários motivos e se aventuram em outros espaços em busca da tão sonhada qualidade de vida, na realização dos seus projetos pessoais bem como na obtenção do diploma internacional no caso optar estudar ou fazer um curso. Hoje, na contemporaneidade, as migrações acontecem por diversos fatores, como por exemplo, econômicos, busca por emprego, melhores salários e condições de vida, e por questões relacionadas aos refugiados políticos, religiosos e étnicos. Decorre desses vários fatos que imigrantes jovens africanos que escolhem o Brasil, como seu destino para trabalharem, melhorarem as suas condições de vida, para estudar e como refugiado. Mas para os olhares da maioria da sociedade brasileira os africanos são vistos como marginais, vieram para tirar suas oportunidades dos empregos e vagas dos seus filhos nas Universidades Públicas, da mesma maneira acontece na Europa. Além disso, os estudantes africanos são vistos por alguns brasileiros como beneficiados pelo Governo Federal por estarem e estudarem no Brasil. Isso representa desconhecer os mecanismos legais, os acordos bilaterais e proteção internacional assinados entre Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Ministério da Justiça (MJ), ITAMARATI, Policia Federal (PF), Cáritas, Pastoral dos migrantes (PM) entre outras. O Brasil tem acordos internacionais com os países da África e da América Latina para que os estudantes desses continentes possam cursar graduação e pós-graduação aqui.

Para Gusmão (2005) e Subuhana (2005), é possível afirmar é que a imigração desses estudantes faz parte de um projeto nacional de desenvolvimento em seus respectivos países de origem, em estreita relação com acordos de cooperação internacional assinados pelo o Estado brasileiro, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados com os países da África.

Na busca da realização do sonho de fazer um curso de graduação e de pós-graduação, procurar realizar uma qualificação profissional, faz com que muitos jovens africanos deixem seus países de origens em busca desse sonho de ter um diploma e retornar ao seu país para contribuir com o processo de construção de uma sociedade sustentável no seu próprio país.

Mas a conquista desse sonho nos fazem lutar todos os dias e dia todo através do Movimento Pastoral Africano e do Movimento dos Estudantes Africanos no Ceará, através da simplicidade e Fé em Deus, está conquistando seus direitos como estudantes estrangeiros no Estado do Ceará. E essas lutas, conquistas refletem-se nas participações de eventos nacionais e internacionais, como por exemplo:

1. “Cúpula dos povos na conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS)”, conhecida também como Rio+20, realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro;
2. “II Encontro Brasileiro de Universitários Cristãos” (EBRUC), Curitiba PR, nos dias 12, 13, e 14 de outubro de 2012, promovido, por Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio do Setor Universidades da Comissão Episcopal Pastoral para Educação Cultura, da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), com apoio do Grupo Marista, Pastoral da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Arquidiocese de Curitiba e Pastoral Juvenil Marista.
3. Atividades da comemoração do dia de Consciência Negra que acontece no conjunto do Ceará, desde meados dos anos 2000, e acontece todos os anos.
4. Animações das missas em diferentes paróquias de Fortaleza, região metropolitana e interior do Estado do Ceará.
5. Apoio solidário, fraternal aos estudantes africanos na resolução dos problemas que afetam os seus estudos, tais como as irregularidades das faculdades, processos de denúncia contra as intuições de ensino e da renovação dos vistos dos estudantes irregulares.

**CONSIDERAÇOES FINAIS**

Concluímos que é de fundamental importância o Movimento dos Estudantes Africanos no Ceará, para o fortalecimento do espírito e identidade africana, no processo de inclusão social, e na conquista de direitos, visando o bem comum lutando sempre para a erradicação das descriminações raciais, xenofobia e do preconceito institucionais como acontece no Ceará, inclusive na UFC. Essas lutas e conquistas refletem-se nos Movimento Pastoral Africano e dos Estudantes Africanos no Ceará, nos 400 associados de diferentes de países, gêneros e idade.

A diversidade religiosa, étnica, política, social e cultural está presente em todas as sociedades, em todos os países. No caso do Brasil, a questão racial e xenofobia brasileira localizam-se dentro do amplo e complexo campo das diversidades. Por isso, refletir sobre o racismo e a xenofobia brasileira não é algo particular que deve interessar somente às pessoas que pertencem ao grupo étnico, racial negro e estrangeiro. Ela é uma questão social, política, social e cultural de todos. Ou seja, é uma questão da sociedade brasileira e também mundial, quando ampliamos a nossa reflexão sobre as relações entre negros e brancos, entre outros grupos étnico-raciais, nos diferentes contextos internacionais.

A maioria dos imigrantes africanos que vieram para o Brasil pós anos 2000 são estudantes, alguns através de acordo bilaterais firmados entre o Brasil e África para estudar nas instituições públicas e outros privadas, com ajuda da família e muitos desses alunos que vieram com apoio financeira da família, são os que se encontram em condições de maior vulnerabilidade econômica, em decorrência do endividamento.

O racismo no Brasil na atualidade é uma questão muito forte e presente no cotidiano, que nós leva a corroborar com Florestan Fernandes, quando escreveu em 1963 e 1964 “A integração do negro na sociedade de classes”, que abolição da escravidão no Brasil, não integrou os escravizados na sociedade, na cultura, na política, na religião. Ocorreu integração, somente como mão de obra para os serviços desqualificados e mal remunerados.

Em fevereiro de 2014, sociólogo José de Souza Martins escreveu um artigo no Jornal O Estadão intitulado “Eu, não, meu senhor', Menino preso a poste no Rio descende de homens livres, mas a chibata continua lá: dentro da alma”. Nesse artigo, Martins reforça os argumentos de Florestan Fernandes, e de forma poética descreve a dor, o racismo, o preconceito sofrido pelo menino, no século XXI ainda persiste, esse fato.

Esse menino descende de homens livres há mais de um século. Mas a chibata ficou lá dentro da alma, ferindo, dobrando, humilhando, criando desconfiança, ensinando artimanhas de quilombo para sobreviver. Esse "meu senhor" diz tudo, fala alto, grita na consciência dos que a tem. Esse "meu senhor" desdiz a liberdade, desmente a Lei Áurea, nos leva de volta aos tempos da senzala, do tronco e do pelourinho. Esse "meu senhor" expressa uma liberdade não emancipadora, que não integrou o negro senão nas funções subalternas de uma escravidão dissimulada, mas não na ressocialização para a liberdade e para a cidadania. Quem acusa o menino não sabe que a sociedade não pode colher o fruto que não semeou.

No dia 13 de maio de 1888 não libertamos ninguém. Continuamos todos escravos da escravidão que não acaba, da moral retorcida que nos legou, da consciência cindida que nos faz crer que somos uma coisa sendo outra. No mundo novo da liberdade abstrata de um contrato fictício não podemos nos encontrar porque não encontramos o outro, não podemos ser livres porque não nos libertamos no outro, não podemos ter direitos de que os outros carecem.

O menino levou uma surra de capacetes. "Bateu, bateu", disse ele a uma repórter. Desmaiou. Foi ferido a faca na orelha. Com uma trava de bicicleta, foi amarrado pelo pescoço num poste. Coisa de gente muito valente, coisa de macho: 30 homens contra um menino franzino. E na Câmara dos Deputados houve quem se orgulhasse disso. Confessou um deputado mais inclinado ao justiçamento do que à Justiça: "Praticou um ato corajoso quem deu uma surra nesse vagabundo, porque os moradores estão cansados de serem roubados e assaltados por essa gentalha". Isto é, gentinha, populacho, ralé. O mesmo tratamento que tinha vigência antes da lei do 13 de Maio, quando o escravo era considerado coisa, semovente, mercadoria, um ser abaixo da condição humana. Mero animal de trabalho, com a diferença de que das azêmolas diferia porque falava, gemia, chorava, sabia.

A Lei Áurea trouxe implícita a igualdade jurídica do negro liberto, coisa que não ficou muito clara na Constituição de 1891, que condicionou a cidadania ao ter propriedade e ao ser alfabetizado, não ser mendigo, não ser mulher, não ser praça de pré. A igualdade do 13 de Maio era, portanto, uma igualdade relativa. Porém, quem não é igual não pode ser livre. O deputado que agora, no próprio Parlamento, se congratula com os agressores do menino negro, revoga a Lei Áurea, restaura a inferioridade social do cativo e dos filhos e herdeiros do cativeiro. Traz de volta o feitor.

O Estado brasileiro, de que o deputado é membro e privilegiado beneficiário, é um Estado omisso, descumpridor das próprias leis que inventa e promulga. A delinquência juvenil é fruto dessa omissão e do desamparo que engendra e alimenta. Mas fruto, também, da pseudocidadania dos atiradores de pedra e dos linchadores, dos que reclamam direitos, omitindo-se quanto aos deveres correspondentes. No próprio caso ocorrido no Flamengo, alguns boyzinhos de 14 que foram presos e já estão soltos declararam que patrulham "o Aterro em busca de potenciais autores de delitos". O caso do menino deixa claro que os "potenciais autores de delitos" têm cor e raça. O vigilantismo reacionário ergue uma muralha de terror para criar um território fechado e excludente, só deles. Uma pátria particular, impatriótica. (Martins, 2014)

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Regis Rodrigues De. "**Tipos de migração"; Brasil Escola**. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/geografia/tipos-migracao.htm>. Acesso em 24 de agosto de 2016.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombolas**: tradições e cultura da resistência. São Paulo, AORI, produções culturais, 2006.

BORGES, Edson, MEDEIROS, Carlos Alberto e d´ADESKY, Jacques. ***Racismo, preconceito e intolerância****.* (Orgs.) São Paulo: Atual, 2002.

CUNHA JÚNIOR, Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, Cícera (Org.). **Artefatos da cultura negra no Ceará.** Fortaleza: Edições UFC, 2011.

FERNANDES, Duval; CASTRO, Maria da Consolação G. de**. Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral**. Belo Horizonte. 2014.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.**V. I e II. 5ª.Ed. 1ª. Reimpressão, São Paulo, Globo, 2013.

GOMES, Ana Beatriz Sousa; CUNHA JUNIOR, Henrique (Org). **Educação e afrodescendência no Brasil.**Fortaleza; Edições UFC, 2008.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: Uma breve discussão, 2012.

 GUSMÃO, Neusa M. M. de. **Diáspora africana: vida de imigrantes e estudantes em PortugalnoBrasil**.http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\_Virtual\_26\_RBA/mesas\_redonds/trabalhos/MR%2003/Neusa%20Maria.pdf Acesso em 30 de Novembro de 2015.

**MARTINS**, José de Souza.“**Eu, não, meu senhor'**, Menino preso a poste no Rio descende de homens livres, mas a chibata continua lá: dentro da alma”. São Paulo; Jornal O Estadão, 8 de fevereiro de 2014.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino**. *Para entender o negro no Brasil de hoje***: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global;Ação Educativa, 2004.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

NUNES, B. F.; CAVALCANTI, L. O imigrante e o direito à indiferença: algumas questões teóricas. In: Santin, Terezinha; Botega, Tuíla. (Org.). **Vidas em trânsito**: conhecer e refletir na perspectiva da mobilidade humana. Porto Alegre: EdiPUCRS, v.1, 2014. p. 135-159.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Não há terra** para plantar nesse verão. 2ª.Ed. Petrópolis; Editora Vozes, 1986.

SUBUHANA, C. **Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos do Rio de Janeiro.** 2005. 210 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

THEODORO, Mário (Org.)**. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:**120 anos após a abolição. Brasília, IPEA, 2008.

ZAMBERLAM, Jurandir; CORSO, Giovanni; CIMADON, João Marcos; BOCCHI, Lauro. **Os novos rostos da imigração no Brasil - Haitianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Solidus, 2014.

1. Antonio Correia Junior, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente-UFC. E-mail: antonio.correiajunior@hotmail.com (85) 986034723) [↑](#footnote-ref-2)
2. Edson Vicente da Silva, Professor Titular do Departamento de Geografia – UFC. E- mail:cacauceara@gmail.com. [↑](#footnote-ref-3)
3. Francisco Amaro Gomes de Alencar, Professor de Departamento de Geografia e do Curso de Pós-Graduação em Geografia, UFC. E-mail:famaro.ufc@gmail.com [↑](#footnote-ref-4)